

A controvérsia sobre o planejamento econômico no Brasil. O debate entre Celso Furtado e Octávio Gouveia de Bulhões e suas repercussões.

1

Roberto Pereira Silva²

Resumo

O texto discute um momento importante na delimitação das principais correntes do pensamento econômico no Brasil. Examinam-se as repercussões causadas nos centros acadêmicos de orientação liberal no Brasil, sobretudo a Fundação Getúlio Vargas, pelo relatório apresentado na quarta conferência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), realizada no Rio de Janeiro, intitulado: “*Estudo preliminar sobre a técnica de programação do desenvolvimento econômico*”. Trata-se da primeira elaboração formal de instrumentos de planejamento econômico formulado pela Cepal, propondo um mapeamento dos recursos disponíveis de uma economia e uma metodologia de investimentos em setores-chave buscando atingir níveis programados de aumento do produto e da renda. Essa proposta foi debatida e criticada na grande imprensa brasileira por dois dos principais economistas ligados às ideias liberais no Brasil: Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões. Por sua vez, dois dos principais economistas da Cepal, Raúl Prebisch e Celso Furtado, responderam às críticas, organizando os principais elementos da heterodoxia e confrontando-os às invectivas recebidas. Esse debate marca a cristalização das duas principais correntes de pensamento econômico brasileiro, os liberais e os desenvolvimentistas, ligados ao setor público e ao nacionalismo, tal como classificadas em (BIELSCHOWSKY, 2000). Assim, procura-se destacar a centralidade desse debate para a extrapolação, além dos limites da academia, das discussões sobre desenvolvimento econômico. Os dois grupos tiveram que mobilizar argumentos e consolidar, num quadro conceitual coerente, suas propostas sobre desenvolvimento econômico, o papel Estado, do empresariado, técnicas de análise da economia brasileira. Discutem-se também os resultados mais duradouros desse debate, a consolidação de canais próprios de expressão para as correntes de pensamento econômico brasileiro, e o reconhecimento das críticas e problemas levantados pelos ortodoxos. Do ponto de vista teórico, por sua vez, nossa abordagem pressupõe a análise dos debates e discussões econômicas como uma instância ampliada da luta pelo poder e acesso aos postos do Estado capazes de formular políticas econômicas. Neste sentido, debates sobre o pensamento econômico no Brasil têm principais níveis de preocupação: o correto diagnóstico dos problemas atuais da economia brasileira; a proposta de políticas econômicas capazes de solucionar os problemas apontados e, finalmente, um sistema de princípios teóricos que dê coerência e coesão tanto aos diagnósticos quanto às políticas econômicas. O debate sobre o planejamento econômico no Brasil é um momento central, precisamente por explicitar essas três instâncias de discussão.

¹ Trabalho apresentado no VI Conferencia Internacional de la Asociación latinoamericana de historia del pensamiento económico (ALAHPE), em Bogotá, Colômbia, em dezembro de 2017

² Doutor em História Econômica pela USP. Professor da Universidade Federal de Alfenas. Email: robertopereirasilva@outlook.com

No dia 6 de abril de 1953, durante a quarta reunião da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (Cepal), no Rio de Janeiro, foi apresentado o relatório *Estudio preliminar sobre la tecnica de programacion del desarrollo economico*. Elaborado nos últimos meses, o relatório extrapolava o escopo dos trabalhos cepalinos anteriores ao propor técnicas de planejamento econômico como mecanismo para efetivar a intervenção e a resolução dos desequilíbrios pelos quais passavam o continente, os quais foram tratados nos prévios documentos da comissão, desde sua criação, em 1948.

Dentre as repercussões do relatório, examinaremos o debate entre Octávio Gouveia de Bulhões e Celso Furtado, e, subsidiariamente, uma segunda polêmica entre Eugênio Gudín e Raúl Prebisch. Estes debates polarizaram duas correntes de pensamento econômico no Brasil, a liberal e um certo desenvolvimentismo, representados, a primeira por Bulhões e Gudín e o segundo, por Furtado e Prebisch.

O debate a respeito das ideias sobre planejamento no Brasil explicita as disputas pela condução da política econômica, envolvendo correntes de pensamento econômico que se posicionavam a favor ou contra a intervenção na economia. Estas contendas, argumentamos, incluíam não apenas argumentos econômicos, mas manifestavam-se, também, no controle e restrição dos canais de acesso para a discussão e difusão de ideias, bem como na disputa pela orientação de órgãos e instituições governamentais ligadas à política econômica.

Estas disputas, por sua vez, aconteceram no momento em que o cenário brasileiro presenciava avanços na penetração das ideias cepalinas no país. Com efeito, em 1952 a Cepal criou um programa de treinamento em desenvolvimento econômico em Santiago do Chile e passou a receber economistas e técnicos de diversos países da América Latina.³ Neste mesmo ano, é criado o convênio Cepal-BNDE, sob a direção de

³ Como relembra Furtado, “a esses cursos, pelos quais passaram muitas centenas de estudantes, deve-se a difusão continental do pensamento da Cepal. Sem eles, a penetração das novas ideias ter-se-ia circunscrito, em muitos países, ao mundo acadêmico. Foram numerosos os formuladores de política econômica na América Latina, inclusive membros de muitos governos, que passaram pelos cursos organizados pela Cepal” FURTADO, C. *A fantasia organizada, Obra autobiográfica*. Três Tomos.

Celso Furtado do lado cepalino e de Roberto Campos representando o banco, estabelecendo um grupo de trabalho formado por técnicos das duas instituições, empenhados no mapeamento dos setores prioritários no recebimento de investimentos industriais e de infraestrutura para atender aos objetivos da industrialização brasileira. Os inícios de 1950 assinalam, igualmente, a presença crescente do tema do planejamento econômico no Brasil. Destacamos a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), assinada em dezembro de 1950, iniciando seus trabalhos em julho do ano seguinte, como uma culminação de tentativas de planejamento econômico desde a década de 1930.⁴

Dessa forma, as discussões surgidas após a apresentação do relatório da Cepal explicitam direções para o desenvolvimento em disputa no período e, para além disso, ensejam uma compreensão da dinâmica da história do pensamento econômico no Brasil que expande a discussão do campo dos conceitos e teorias econômicas para os condicionantes sociais e políticos como influxos fundamentais nas formulações sobre os problemas da economia brasileira. Neste sentido, parece-nos que para uma compreensão desse debate, extrapolando a roupagem teórica de que reveste os argumentos, faz-se necessário desnudar os diagnósticos e as soluções propostas para a economia brasileira, revelando a direção das propostas em termos de política econômica, papel do Estado na economia, industrialização, inflação, entre outros temas.

Visando apresentar elementos sumários para o tratamento destas questões, iremos, no que segue: 1) apresentar as duas principais correntes de pensamento econômico em disputa neste debate, indicando as principais instituições nas quais se localizavam os economistas envolvidos; 2) uma síntese do relatório cepalino e o debate que se seguiu; 3) finalmente, apontamos algumas considerações finais a respeito da abordagem da história do pensamento econômico no Brasil.

As correntes de pensamento econômico no Brasil e sua formação

Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra: 3. Vol. p, 246.

⁴ A CMBEU foi resultado da mudança da política externa norte-americana no sentido de auxiliar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, em confluência com os objetivos de Getúlio Vargas de ampliar os setores de infraestrutura básica. Considerada como “uma mudança qualitativa fundamental na posição norte-americana”, a Comissão “se propunha a elaborar projetos concretos que deveriam ser financiados por instituições como o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)”. VIANNA, Sergio Bresserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. PAIVA, Marcelo de Abreu (orgs). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus, 1994, p. 124. Sobre a outras tentativas de planejamento, ver: BALESTRIERO, Geraldo. *Gênese do planejamento econômico no Brasil*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996. (tese de doutorado).

Há certo consenso entre os historiadores em apontar o delineamento de divisões entre as correntes de pensamento econômico do Brasil a partir da Revolução de 30 e as transformações do Estado em direção à nacionalização de questões antes regionais, maior intervenção nas esferas econômicas, sociais, culturais e econômicas, estas últimas concretizando-se no surgimento de órgãos de mapeamento da situação econômica do país e na criação de instrumentos para sua atuação, cristalizando-se em um reforço de centralização e coordenação do Estado. Alguns autores, inclusive, identificam uma intenção industrializante do Estado, visível na legislação de proteção às indústrias nacionais, estímulos à importação de máquinas e equipamentos, maior controle sobre recursos hídricos, minerais e fósseis, e na criação de órgãos de organização e de intervenção econômica, movimento este mais perceptível a partir do Estado Novo (1937-1945).⁵

Relacionada a estas transformações, podemos detectar a emergência de um saber técnico, especializado, que daria corpo e ação a estas instituições, operando e instrumentalizando o saber econômico e aplicando-o na elaboração e execução de política econômica.

É deste duplo movimento de maior intervenção do Estado na economia, de requisição de técnicos e cientistas versados em assuntos econômicos, e de projetos de desenvolvimento econômico, que podemos identificar o surgimento das correntes de pensamento econômico no Brasil.

Ricardo Bielschowsky detecta estas correntes no Brasil, no período de 1930 a 1964.⁶ Estas, antes de representarem divisões teóricas estanques, formavam um

⁵ Ver, entre outros: BIELSCHOWISKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; MANTEGA, Guido. *A economia Política Brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987; LOUREIRO, M. R. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

⁶ BIELSCHOWISKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*, op.cit.; IDEM, Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: LOUREIRO, Maria Rita. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

Embora a classificação de Ricardo Bielschowsky nos pareça a mais completa e capaz de abarcar nuances importantes, é preciso destacar que grande parte do debate do período foi praticamente carreado pela corrente chamada “neoliberal” e os desenvolvimentistas do setor público nacionalista, estes últimos com elevada proximidade com as formulações da Cepal. De fato, essa polarização reflete-se em outras classificações sobre as correntes de pensamento econômico do período, como monetaristas e estruturalistas (LOUREIRO, 1997) e nacionalistas e cosmopolitas (SOLA, 1998). Ver, respectivamente, LOUREIRO, M. R. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

“pensamento econômico politicamente envolvido pelo debate sobre o processo de industrialização brasileiro”, movimentando-se ao redor de um núcleo duro, o desenvolvimentismo: o reconhecimento da necessidade de industrialização carreada pelo planejamento estatal que orienta e distribui funções entre a iniciativa privada e o setor público. As cinco correntes detectadas por Bielschowsky são: “três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo “não nacionalista” do setor público e desenvolvimentismo “nacionalista” do setor público); o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (a sua esquerda)”.⁷

O neoliberalismo⁸ brasileiro, uma das principais linhagens no período e a principal opositora ao relatório da Cepal no debate que nos interessa, tinha como principais proposições, justamente, redução da intervenção do Estado na economia, prioridade ao equilíbrio monetário e financeiro e, por fim, certa resistência às políticas industrializantes.⁹

De outro lado, as correntes desenvolvimentistas aglutinavam-se em um “projeto de desenvolvimento de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e a convicção de que para isso era necessário planificar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental.”¹⁰ Bielschowsky encontra uma importante distinção entre estes desenvolvimentistas, segundo a atuação de seus principais representantes. No que se refere àqueles que atuam no setor público, a parcela dos “não-nacionalistas” admitiam o auxílio do capital estrangeiro, mesmo em setores de infraestrutura, e aceitavam a planificação e a intervenção do Estado somente quando a iniciativa privada nacional e estrangeira não demonstrasse interesse nos investimentos. Em contraposição, o setor “nacionalista” reivindicava a planificação, a intervenção do Estado e o monopólio público em setores básicos e estratégicos para o desenvolvimento, segurança e manutenção da soberania nacional. Finalmente, um terceiro ponto de divergência entre os desenvolvimentistas refere-se às políticas econômicas para o tratamento de um dos problemas mais importantes do Brasil, a inflação. Os “não-

⁷ BIELSCHOWISKY, R., Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. op. cit., pp. 72-73.

⁸ Importante ressaltar que o termo neoliberalismo, utilizado pelo autor, não guarda continuidade ou relação causal com o neoliberalismo surgido nos anos de 1990. Ao contrário, a utilização da expressão neoliberal para o período 1930-1964 é justificada já que, após a crise de 1929 e a Revolução de 1930, “a ideologia liberal precisou passar por transformações que lhe permitissem resistir frente à nova realidade. O neoliberalismo brasileiro foi resultado desse processo” BIELSCHOWISKY, R. idem, ibidem. Contudo, utilizaremos na sequência do artigo, o termo “liberal”, por ser de uso mais familiar.

⁹ Idem, p. 77.

¹⁰ Idem, p. 79.

nacionalistas” tendiam a apontar soluções de estabilização monetária, o “setor privado” preocupava-se com a manutenção do nível de crédito para a indústria, enquanto os “nacionalistas” eram sensíveis ao problema do crédito mas, também, à necessidade de capitalização e da garantia da capacidade de investimento estatal. Finalmente, outro ponto importante para os nacionalistas foi a interpretação estruturalista da inflação, cuja origem e formulação deve-se à inspiração dos trabalhos da Cepal.¹¹

A última corrente, por sua vez, pensava os problemas econômicos a partir da perspectiva da revolução socialista, mas encontrava convergências com os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público. De fato, os socialistas apoiavam a industrialização, a planificação, a forte presença do Estado na economia e o controle sobre o capital estrangeiro enquanto estratégias revolucionárias discutidas dentro do Partido Comunista Brasileiro.

Os interlocutores

No que tange diretamente nosso debate, é preciso destacar que os dois principais críticos ao relatório da Cepal são, também, figuras centrais do pensamento neoliberal. O primeiro deles, Otávio Gouveia de Bulhões, bacharel e doutor em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, teve um aprendizado econômico tardio em economia, cursando uma especialização na área em Washington, na década de 1930. Trabalhou como funcionário de carreira do Ministério da Fazenda e em 1939 tornou-se chefe da Seção de Estudos Econômicos da pasta. Em 1943 tornou-se assessor da Coordenação de Mobilização Econômica, criada durante a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, foi um dos delegados brasileiros da Conferência de Bretton Woods e delegado na ONU para a criação do FMI, mantendo relações estreitas com o órgão ao longo da década de 1950. Foi responsável pela criação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), órgão que exerceu muitas funções típicas de um Banco Central no país.¹² Em 1948, chefiou o grupo de técnicos brasileiros na Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, encarregada de examinar empréstimos norte-americanos ao governo brasileiro. Em seu relatório final recomendava que a atividade econômica ficasse a cargo exclusivamente da iniciativa privada, cabendo ao Estado

¹¹ RODRÍGUEZ, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

¹² O Banco Central no Brasil foi criado somente em 1967.

unicamente a coordenação dos investimentos. Em 1950 integra o Conselho Nacional de Economia, criado em 1949 como órgão consultivo da Presidência da República. Foi na direção deste que publicou as críticas ao relatório da Cepal, primeiramente no *Jornal do Comércio*, republicando-as, meses depois, junto com a resposta de Celso Furtado, na *Revista do Conselho Nacional de Economia*.¹³

A carreira de Eugênio Gudín, até 1930, ligou-se a sua formação de engenheiro e de sócio e diretor de empresas operadoras de concessões de serviços públicos em estados como Rio de Janeiro e Pernambuco, bem como à direção de associações representantes destes serviços. Autodidata em economia, iniciou sua carreira na área econômica em comissões no Ministério da Fazenda, na Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil. Integrou a Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, participou da criação da primeira escola de Economia do Rio de Janeiro, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, ocupando a cátedra de Moeda e Crédito. Em 1943 publica a primeira edição de seus *Princípios de economia monetária*, que se tornaria um livro-texto amplamente utilizado em cursos superiores. Nos anos 1940 sua atuação torna-se mais próxima à Otávio Gouveia de Bulhões, tendo integrado a Coordenação de Mobilização Econômica e foi, também, enviado para a Conferência de Bretton Woods. Participou da Comissão de Planejamento Econômico, onde protagonizou o que os historiadores consideram o primeiro embate entre os liberais e os desenvolvimentistas, conhecido como a “Controvérsia sobre o Planejamento”, na qual se opôs à ampliação da participação do Estado na condição de uma política industrial ativa, conforme proposta por Roberto Simonsen.¹⁴ Outro ponto de convergência entre Gudín e Bulhões, foi a criação, em 1945, da Fundação Getúlio Vargas, onde o primeiro se tornaria o diretor do Núcleo de Economia que depois se tornaria no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), responsável pela publicação das duas principais revistas de economia do país, a *Conjuntura econômica* e a *Revista Brasileira de Economia*. Seria como diretor do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas que se pronunciaria contrário ao parecer da Cepal.¹⁵

Por sua vez, as principais defesas do relatório da Cepal viriam do que

¹³ Os dados biográficos foram extraídos de: PAULA, Christiane Jalles; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord). *Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro Pós -30*: Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

¹⁴ LOUREIRO, M. R. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas. Desenvolvimento, estabilidade e populismo*: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

¹⁵ Dados biográficos em *Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro Pós -30*. op. cit.

Bielschowsky chamou de “desenvolvimentismo do setor público nacionalista”. Raúl Prebisch, argentino, pertence à mesma geração de Bulhões e Gudin. Formou-se em Economia na Argentina e trabalhou para a Associação Rural, onde tomou contato com o comércio internacional e as vantagens e desvantagens deste para seu país. Na década de 1920 ingressa no Banco da Nação Argentina, defendendo a intervenção do Estado em assuntos monetários no período da Grande Depressão. Em 1935, é o principal responsável pela criação do Banco Central argentino, o primeiro do continente sul-americano. Após deixar o cargo no Banco Central, Prebisch assumiria diversas consultorias em outros países latino-americanos até ser contratado, em 1949, para o cargo de diretor-executivo da Cepal, função que ocuparia até 1962. A Comissão Econômica para a América Latina se tornaria uma das mais importantes escolas de pensamento econômico nos anos de 1950, propondo uma política de desenvolvimento econômico para o continente baseada no avanço do processo de industrialização, no planejamento e intervenção do Estado, e formulou uma técnica de planificação econômica, cuja primeira exposição é precisamente o relatório de 1953, apresentado no Brasil.¹⁶

Celso Furtado, o mais jovem dos economistas envolvidos no debate, ingressou na Cepal ainda em 1948, quando de sua criação, aos 28 anos de idade. Sua formação é na área de Direito, embora tenha se doutorado em Economia na Sorbonne, em 1948. De volta ao Brasil, trabalhou na Fundação Getúlio Vargas, na seção de conjuntura econômica, quando esta seção ainda não estava sob o controle de Eugênio Gudin. Furtado teria um papel importante na Comissão, tornando-se o responsável pela área de Desenvolvimento Econômico em 1952 e em 1953, presidindo o Grupo Misto Cepal-Bnde.¹⁷

O debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil

O relatório da Cepal

O documento da Cepal, “Estudio preliminar sobre la tecnica de programación del desarrollo economico”, foi apresentado no Rio de Janeiro na sessão de 6 de abril de

¹⁶ Para os dados biográficos de Raúl Prebisch, consultar: DOSMAN, J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

¹⁷ Dados biográficos em: FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. op. cit..

1953. Para o que nos interessa, iremos retomar, na intenção de levantar alguns subsídios para análise do debate brasileiro, unicamente a introdução geral do relatório.

O texto estabelece uma distinção entre “programa de desenvolvimento” e a “regulamentação rigorosa da economia pelo Estado”. Programa significa: “aumentar e ordenar criteriosamente os investimentos de capital, com o objetivo de imprimir mais força e regularidade ao crescimento de um país”.¹⁸ O relatório esclarece que o objetivo último da proposta é incentivar o desenvolvimento, sendo o programa o *meio* necessário para isso, garantindo, inclusive, a efetivação dos investimentos pela iniciativa privada, evitando uma possível assimilação da sua proposta com o planejamento total da economia.¹⁹

Afastando uma interpretação da programação para o desenvolvimento como intervenção total do Estado na economia, o relatório avança “para um campo mais concreto” e discute “a técnica dessa programação”.²⁰

No que se refere a estas técnicas, resumiremos brevemente suas principais características quanto à planificação e ao desenvolvimento econômico da região. Um primeiro passo é “determinar quais são as metas de crescimento possíveis para uma dada economia”. Para isso, é preciso examinar a evolução recente do país, quais os fatores dinâmicos de seu desenvolvimento; ou seja, elaborar um “diagnóstico da economia nacional”, captando “a taxa de crescimento obtida no período mais recente” e estudar “as possíveis tendências futuras e as possibilidades de variação ou persistência de fatores internos e externos que atuaram nesse último período”.²¹ Com este diagnóstico é possível avançar, estabelecendo as metas, o ritmo e as necessidades de crescimento da economia.

Um dos elementos fundamentais para isto é a determinação do volume de investimentos necessários para alcançar a meta desejada. A Cepal, contudo, já possui estudos que indicam a relação entre o capital existente e a renda, de forma que é

¹⁸ A introdução ao relatório foi publicada no Brasil em: PREBISCH, Raúl. Os principais problemas da técnica preliminar de programação. In: PREBISCH, Raúl, *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Adolfo Gurrieri (org). Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado, 2011, p. 299.

¹⁹ “Um programa requer a aplicação firme de uma política de desenvolvimento, mas isso poderia ser feito sem travar a iniciativa privada, antes lhe oferecendo estímulos para que ela se oriente num determinado sentido e lhe dando acesso aos recursos indispensáveis. O Estado tem em seu poder instrumentos eficazes para tanto — a política fiscal e alfandegária, a política monetária e creditícia e os empréstimos internos ou externos —, sem prejuízo de sua participação direta em investimentos básicos que, por uma ou outra razão, não sejam realizáveis pela iniciativa privada.” PREBISCH, Raúl, *O manifesto latino-americano e outros ensaios*, op. cit., pp. 299-300.

²⁰ Idem, p. 300.

²¹ Idem, p. 301.

possível, pela experiência passada, determinar “a quantidade de novos investimentos requeridos para se chegar a um determinado aumento da renda”,²² calculando-se o processo ano a ano. Desse processo, momento inicial que exigirá correções posteriores e apreciações para cada setor da economia, surge os primeiros limites aos quais as economias latino-americanas estão sujeitas: aumentar o coeficiente de investimentos implica um aumento da poupança, com consequências sobre o consumo presente da população. Assim, cabe também à técnica de planificação, “discorrer sobre os meios de que o Estado dispõe para trabalhar sobre o coeficiente de poupança, em função dos dados disponíveis a respeito da composição da receita”.²³ Nesse sentido, o texto indica medidas de política fiscal como forma de incentivar o reinvestimento dos lucros privados e diminuir o poder de consumo das classes de elevadas rendas para que o Estado possa dispor ou disponibilizar esses recursos aos empresários para novos investimentos. Com isso, seria possível evitar o financiamento inflacionário que, em última instância, compromete grande parte da renda com o consumo corrente.

Outro problema importante é a relação entre consumo e importações substitutivas, uma vez que a necessidade de canalização dos recursos para a importação de bens de produção é alta em relação ao consumo, como constata o relatório. A solução residiria em incluir nos cálculos, “o montante das substituições a serem feitas para possibilitar uma determinada taxa de crescimento da receita”.²⁴ Assim, será possível visualizar a quantidade de importações a substituir, abrindo-se a possibilidade de determinar o tamanho e a magnitude do esforço de substituição de importações.

Podemos vislumbrar, agora, o caráter instrumental da planificação, capaz de orientar alternativas de política econômica baseando-se em projeções ancoradas na experiência passada, evidenciando como as soluções apresentadas derivam de diagnósticos já elaborados pela Cepal. Ou seja, a técnica de planificação não é uma ferramenta puramente teórica com objetivos pré-estabelecidos: trata-se de instrumentos capazes de instrumentalizar soluções de há muito detectadas pela observação do comportamento de variáveis-chave dos países da América Latina: evolução da renda, exportações, capacidade para importar; exame das políticas monetária, fiscal e cambial adotadas pelos países, bem como projeções elaboradas considerando a evolução recente dessas economias.

²² Idem, p. 301.

²³ Idem, p. 304.

²⁴ Idem, ibidem.

Nessa perspectiva, a questão da planificação aparece em seu aspecto mais abrangente: o “problema geral concerne à estimativa do crescimento da demanda por bens e serviços, a fim de calcular o montante dos investimentos nos diferentes setores da atividade econômica e nos diferentes ramos de cada setor”.²⁵ Assim, se num primeiro momento estima-se o capital necessário para uma dada taxa de crescimento, é preciso que esses cálculos avancem para as estimativas de capital em cada setor e, a partir disso, sejam feitos ajustes nas primeiras estimativas.

Dessa forma, a proposta de planejamento aparece, fundamentalmente, como uma escolha entre possibilidades: uma vez estabelecido o crescimento desejado para o todo, deve-se reunir especialistas para elaborar as projeções necessárias a cada setor, determinando-se, desde já, o esforço e a participação de cada um deles; em seguida, retorna-se às projeções gerais, com os ajustes necessários.

Mas, ainda aqui, cabe um esclarecimento importante, não apenas para a compreensão do documento, mas também de sua recepção no Brasil e as estratégias de defesa que Celso Furtado e Raúl Prebisch adotaram. Com efeito, no plano instrumental, a técnica de planificação trata unicamente do cálculo das projeções, de estimativas de impacto nos diversos setores econômicos e as alternativas de desenvolvimento econômico considerando-se a possibilidade de ampliar o investimento e, em consequência, a renda *per capita*. Para isso, vale-se do comportamento recente da economia, cujo escrutínio foi o principal objetivo da Cepal desde sua criação em 1948 e cujos relatórios gerais procuraram aprofundar e ampliar. Entretanto, nesta instrumentalização, está implícito o diagnóstico da necessidade de industrialização dos países latino-americanos. Ao detectar e ao trabalhar no relatório como elaborar as estimativas para ampliar a capacidade de importar e a seleção dos setores onde os aumentos de produtividade terão maiores repercussões na economia como todo, reconhece-se a preponderância do setor exportador, as dificuldades no balanço de pagamento decorrentes da dependência de importações de bens de consumo e de capital, os problemas da agricultura e de excesso de mão-de-obra.²⁶ Sob a forma de isenção e imparcialidade técnica, o relatório da Cepal efetivamente operacionaliza seu diagnóstico e seu programa de industrialização para a América Latina. Por sua vez, destaque-se que à planificação cabe estabelecer metas e elaborar políticas, baseadas nos agregados

²⁵ Idem, p. 308.

²⁶ Para a abordagem cepalina destas questões, consultar: em RODRÍGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

econômicos recentes, para atingi-las. As formas de implementação, contudo, não contrariam a iniciativa privada, embora impliquem nortear e direcionar a poupança e os investimentos para determinados setores como maiores possibilidades de estimular a ampliação da renda *per capita*, via melhora da produtividade, diminuição da dependência de importações e implantação de indústrias substitutivas.

Com isso, cabe-nos, agora, averiguar como o relatório foi recebido nos meios liberais brasileiros, dando origem à controvérsia sobre o planejamento econômico na qual discutiram Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões e, em outro debate, Raúl Prebisch e Eugênio Gudin.

O debate sobre planejamento econômico no Brasil

Uma das primeiras reações ao relatório da Cepal sobre a técnica de planificação econômica no Brasil apareceu no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, no dia 24 de maio de 1953 — ou seja, poucos dias após a reunião no hotel Quitandinha, em Petrópolis — assinada por Octávio Gouveia de Bulhões. A resposta de Furtado, bem como a réplica de Bulhões foram republicadas no número de novembro/dezembro do mesmo ano da *Revista do Conselho Nacional de Economia*, órgão sob a direção de Bulhões e responsável pelo encaminhamento de projetos de liberalização do setor energético para a iniciativa privada.²⁷

Paralelamente a essa discussão, Eugênio Gudin publicou uma série de cinco artigos no *Correio da Manhã*, entre maio e julho, aos quais Raúl Prebisch respondeu com dois textos no *Diário de Notícias*, de São Paulo, em novembro do mesmo ano.²⁸

²⁷ FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. op. cit., p. 275. Ricardo Bielschowsky, enumerando as instituições em que os “economistas e intelectuais” se agrupariam para definir seus projetos refere-se ao Conselho Nacional de Economia: “o predomínio dos neoliberais nessa instituição é grande, no período em questão [o triênio 1953-1955]. O prof. Octávio Bulhões assume a presidência entre 1953-1954, e o chefe do departamento técnico, Denio Nogueira, terá destacada participação intelectual na defesa das posições da equipe Gudin-Bulhões. A *Revista do CNE* passa a sair com regularidade (desde meados de 1952) e alcança um bom padrão”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico Brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, pp. 368-369.

²⁸ Sobre o papel de Eugênio Gudin no pensamento econômico brasileiro e sua discussão com a corrente desenvolvimentista: “esta se via continuamente impelida à obrigação do exercício de crítica às análises de Gudin, não só pela importância prática que tinham essas análises, de ampla divulgação pública, mas também pelo conhecimento da firmeza e coerência de sua linha de argumentação. Diante da segurança com que divulgava os postulados neoliberais, é difícil imaginar que o debate sobre desenvolvimento econômico tivesse ficado mais ou menos balanceado, como ficou, se não fosse a riqueza da interpretação antiliberal inspirada em Prebisch e nos textos da Cepal, de um modo geral”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudin (1886-1986). In: SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: ATLAS, 2004, p. 307.

O estudo desse debate torna-se central para compreendermos as clivagens na formação do pensamento econômico no Brasil e suas consequências. Neste sentido, além de uma discussão teórica, estes artigos dedicaram grande espaço aos diagnósticos, implícitos ou explícitos, sobre a economia brasileira e latino-americana e direcionam-se para legitimar projetos de política econômica. Neste aspecto, os debates tratam, para além dos meios e finalidades da técnica de planejamento, de *proposições de política econômica pelo Estado brasileiro*.

A crítica de Otávio Gouveia de Bulhões

A crítica de Bulhões, ancorada em discussões do relatório feitas na Fundação Getúlio Vargas, retoma a definição de programação da Cepal como “a escolha de uma taxa de aceleração de crescimento da renda nacional”, ou seja, “um sistema de investimentos tendentes a propulsionar as diferentes produções de um país, de modo a imprimirem à economia um ritmo de crescimento pré-estabelecido”.²⁹ Para Bulhões, “a fixação **a priori de progresso** é o cerne da programação da Cepal [grifo do autor]” e resulta em um “processo exógeno de desenvolvimento”. Em outras palavras, “em vez de pressupor-se a existência de ânimo de progresso entre os produtores [...] os autores da teoria da programação partem da hipótese da inexistência desse espírito de empreendimento”, ou “parte-se do pressuposto de uma economia com tendência à estagnação”.³⁰

Aqui, portanto a crítica se direciona, não tanto à técnica de planificação, mas ao diagnóstico da economia brasileira. Segundo Bulhões,

basta um ligeiro relance sobre nossa história econômica para compreendermos que a evolução brasileira tem mais afinidade

²⁹O artigo de Bulhões tem caráter coletivo pois, como explica logo de início: “o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, examinou com muita atenção o documento intitulado ‘Estudo Preliminar Sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico / O trabalho foi discutido em várias reuniões da Comissão Diretora e, de certo modo, as considerações aqui expedidas como que refletem um resumo dos debates”. BULHÕES, Octavio Gouveia de. Estudos sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, Ano II, Números 19-20, Novembro-dezembro de 1953, p. 3

³⁰ Idem, p. 4. Eugênio Gudín tem uma definição restrita de planejamento, “no sentido elementar de estudo e reflexão sobre o que se vai fazer”. GUDÍN, Eugênio. A mística do planejamento IV – A órbita do Estado. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, terça-feira, dia 9 de junho de 1953, 1º Caderno, fl. 2. Também considera que a fixação de uma taxa de investimentos transforma a programação num instrumento de política totalitário. GUDÍN, Eugênio. A mística do planejamento V – As Forças de Equilíbrio. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de junho de 1953, 1º Caderno, fl. 2.

com o chamado desenvolvimento schumpeteriano do que com o desenvolvimento processado no Japão [...] O que são, economicamente, a grande produção açucareira, a seu tempo, e, posteriormente, os surtos da expansão cafeeira, senão expressões inovadoras? Valem como produções novas no mercado internacional e, acima de tudo, provocaram em nosso país ondas sucessivas de expansão industrial, no Estado de São Paulo e no Distrito Federal³¹

Bulhões mobiliza episódios da história econômica do Brasil sob a ótica do empresário privado, pressupondo que este opera em condições de livre concorrência e independente de apoio estatal, seja no período colonial (produção açucareira), seja após a Independência (expansão da produção e exportações cafeeiras), muito embora, em ambos os casos a expansão desses produtos de exportação tenha sido feita seja com apoio político-comercial-militar,³² seja com forte intervenção do Estado no mercado internacional de café.³³

Temos, portanto, o primeiro ponto de crítica ao relatório Cepalino: o diagnóstico de uma economia sem dinamismo que precisa da intervenção estatal para incentivar investimentos que não são feitos pela iniciativa privada. Mesmo reconhecendo que o desenvolvimento econômico brasileiro “encontra enormes obstáculos”, Bulhões nega que sejam “mais substanciais do que realmente o são”, ou que “tais obstáculos [tenham] raízes demasiado profundas”.³⁴

Ao apontar que a Cepal desconsidera a iniciativa privada, Bulhões introduz a questão dos serviços públicos, os quais, embora operados pela iniciativa privada, possuem restrições estatais via controle de tarifas e requisitos para reinvestimentos que impedem o equilíbrio financeiro dessas empresas. Essa afirmação, por sua vez, permite perceber o empenho de Bulhões e Gudin³⁵ em reduzir a atuação e o controle do Estado

³¹ BULHÕES, *Estudos sobre a programação...* op. cit., p. 5.

³² NOVAIS, Fernando Antonio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec., 2000

³³ DELFIM NETTO, Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo: Unesp; Faccamp, 2009.

³⁴ “Para corroborar sua visão, utiliza alguns dados publicados pela FGV para mostrar a dinâmica do setor privado brasileiro, indicando a superioridade do investimento privado sobre o público, no período de 1947 a 1951, ressaltando que só não foram maiores porque os serviços públicos eram monopolizados pelo Estado, restringindo, assim, a esfera de atuação dos empresários. Em suas palavras: “observe-se que a iniciativa particular foi enxotada dos serviços públicos, nestes últimos 30 ou 40 anos, por força de uma incompreensão de política econômica”. BULHÕES, *Estudos sobre a programação...* op. cit., pp. 5-6

³⁵ Idem, p. 6. A questão do Estado cerceando a iniciativa privada é também alvo das críticas de Gudin. Suas restrições ao planejamento, escreve, surgem “quando se pretende invadir o setor da iniciativa privada *desnecessariamente*”. Citando o caso da estrada de ferro *Great Western* e da recente criação do fundo para eletrificação, Gudin descreve a estratégia de atuação do governo como recusando “às empresas, repetidamente, os elementos de justa remuneração para seu capital e, diante da consequente

nos serviços públicos. O segundo, em um de seus artigos, relatou a discussão no CNE [do qual fazia parte] a respeito de um “anteprojeto da lei reguladora do equilíbrio econômico das empresas de produção e distribuição de energia elétrica”, que foi rejeitado pela proposta alternativa de criação de um fundo público para conceder empréstimos e administrar o sistema elétrico nacional. O projeto, na visão de Gudin, recusava “às empresas privadas os mecanismos indispensáveis de equilíbrio econômico”.³⁶

Em contraposição aos monopólios estatais nos serviços públicos, Bulhões apresenta o conceito de economias externas, emprestado de Marshall, para destacar a importância do Estado em criar externalidades que tornem mais eficientes e produtivos os investimentos privados, reduzindo seus custos com ampliação de infraestrutura.

A questão das economias externas, portanto, é a segunda crítica de Bulhões ao relatório da Cepal. Para ele,

somente através de um sistema de núcleos de irradiação de produtividade é que poderemos alcançar essa almejada generalização de eficiência. É a falta da ‘economia externa’ na real acepção marshalliana, ou sejam os transportes prontos e regulares e a difusão da assistência técnica na indústria e, notadamente na agricultura, que, fundamentalmente, está prejudicando o progresso do Brasil³⁷

Assim, mais importante que o controle e o direcionamento dos investimentos, cabe reconhecer o desenvolvimento econômico já está em processo, limitando o Estado a unicamente prover economias externas ao setor privado, aumentando, com isso, o consumo e a renda.

Essa crítica ao relatório é aprofundada ao examinar a opção da Cepal em estabelecer como critério para os investimentos “a fixação do coeficiente de aumento da renda nacional, preocupando-se em escolher aqueles investimentos que requeiram menor densidade de capital e que ofereçam uma produção de maior elasticidade da procura, em função do acréscimo da renda”.³⁸ Para Bulhões, há outra forma de elevar a produtividade e o consumo, sem necessariamente passar por aumentos pré-estabelecidos

impossibilidade de manter e ampliar seus serviços, declarar a falência da iniciativa privada”. GUDIN, Eugênio. A mística do planejamento IV – A órbita do Estado. *Correio da manhã*. Op.cit., fl.2.

³⁶ GUDIN, Eugênio. A mística do planejamento. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, sexta-feira, dia 29 de maio de 1953, 1º Caderno, fl. 2. A discussão sobre a passagem do setor de energia elétrica para a iniciativa privada nos anos de 1940 e 1950 é examinada em: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z; FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, Editora Unesp, 2013, pp. 274 e segs

³⁷ BULHÕES, *Estudos sobre a programação...* op. cit., p 8.

³⁸ Idem, p. 9.

da renda, qual seja, a modificação dos preços relativos e o barateamento da produção em decorrência de redução de custos, resultantes seja de elevação da produtividade, seja das economias externas.

A questão das economias externas, portanto, abre outro ponto de discordância com a Cepal, ainda derivado da proposta de definição dos critérios para o investimento, ainda que deixados exclusivamente para a iniciativa privada. Em suas palavras:

a Cepal, ao formular uma programação, visa a fixação do coeficiente de aumento da renda nacional, preocupando-se em escolher aqueles investimentos que requeiram menor densidade de capital e que ofereçam uma produção de maior elasticidade da procura, em função do acréscimo da renda. Dentro dessa base, podem ser deixados para um plano secundário o problema dos preços relativos e os problemas monetários³⁹

Coerente com seu diagnóstico, para Bulhões não é necessário ou recomendável que o Estado intervenha diretamente na economia e, tampouco, que o desenvolvimento econômico possa ser obtido desconsiderando-se os incentivos espontâneos dados pelo sistema de preços. Dito de outra forma, ao definir os investimentos pelos critérios de elevação da produtividade por baixa unidade de capital e elevada elasticidade da renda, a Comissão desconsidera a importância dos preços relativos para estimular o consumo. Por outro lado, ao não apontar a origem dos recursos a ser investidos, a programação cepalina estabelece um financiamento inflacionário do desenvolvimento econômico. Notemos: ao enfatizar os preços relativos, Bulhões desloca o foco da técnica de planificação, minimizando o aumento da renda e da repartição entre consumo e investimento e, em oposição, destacando as iniciativas individuais dentro do sistema de preços. Com isso, desaparece a necessidade direta do Estado agir criando poupança e canalizando-a para os investimentos em setores previamente estabelecidos.

Para Bulhões, o sistema de preços é o melhor indicador, ou, corrigindo, um indicador espontâneo para os investimentos, não sendo necessária, em uma economia em expansão como a brasileira, a programação econômica como proposto pela Comissão.⁴⁰

Dessa forma, a argumentação conclui que, uma vez rejeitado o sistema de preços, o planejamento da Cepal restringe a iniciativa privada e ignora o papel dinâmico

³⁹ Idem, p. 9.

⁴⁰ “Num regime econômico de progresso espontâneo, a relação de preços é a base essencial de realização do investimento, enquanto que no regime de planejamento a relação de preços resulta dos investimentos projetados”. Idem, *ibidem*.

dos empresários. Por outro lado, argumenta, a desconsideração dos problemas monetários só é viável, nos termos da programação cepalina, se ocorrer uma absorção prévia da poupança que será canalizada para os investimentos, também definidos previamente pelo programador. Contudo, e aqui sua crítica eleva-se: “nessa ordem de considerações estamos, ao que parece, em pleno regime de economia totalitária” e,⁴¹ prossegue, inflacionária, uma vez que estabelece a projeção de um aumento da renda, mas não quantifica em termos monetários nem montante de poupança a ser criado, nem os investimentos a ser realizados.

Para Bulhões, ao ignorar o problema dos preços relativos, a Cepal está desconsiderando, ao mesmo tempo, as repercussões monetárias do planejamento econômico. Uma programação que não considere a origem dos recursos para investimentos e os setores para sua aplicação só poderia funcionar se a planificação extrapolasse a esfera dos investimentos e atingisse também, um planejamento monetário, cambial fiscal e financeiro. Nessas condições, continua, o planejamento perderia seu caráter orientador e se tornaria um planejamento total ou totalitário.

Para Bulhões, ao contrário, os aumentos de produtividade e diminuição dos custos podem ser alcançados dentro dos “surto de progresso espontâneos” já existentes na economia. O planejamento econômico deveria aparecer apenas na “intervenção indireta do Estado”, promovendo, via estímulos à iniciativa privada, “a construção de núcleos de irradiação de produtividade, ou seja, de economias externas, núcleos estes que se constituem os supridores máximos de facilidades de produção para todos os setores das atividades do país”.⁴²

Em suma, a solução proposta pela técnica de programação da Cepal é refutada por Bulhões por seus pressupostos não se verificam sobretudo num país como o Brasil, “onde há provas de existência de surtos de progresso espontâneo. A tendência de desenvolvimento está assegurada pelo ânimo de progresso dos empreendedores particulares [...] Estão, pois, asseguradas as forças propulsoras da formação da renda e de sua multiplicação”.⁴³

Assim, a crítica de Bulhões concentra-se nestes elementos: 1) o diagnóstico da economia brasileira, segundo o qual a iniciativa privada é dinâmica e não precisa ser complementada pela programação estatal; 2) o planejamento da Cepal, ao desconsiderar

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Idem, p. 11.

⁴³ Idem, ibidem.

os preços relativos e não indicar as fontes de recursos para os investimentos, tornar-se-á, ou uma programação inflacionária, ou um programa totalitário; 3) a possibilidade de elevar a produtividade da economia, não através do planejamento e dos investimentos em setores com elevada elasticidade renda, mas pela promoção de economias externas e exclusão do Estado dos setores monopolísticos, ampliando as possibilidades de inversão do setor privado, até o momento, bloqueadas.

Temos, portanto, não apenas uma crítica, mas outra proposta para orientar os critérios de investimento. A Cepal propunha identificar os setores que receberiam investimentos, considerando-se as potencialidades de elevação da renda e do consumo, priorizando os setores industriais com elevada elasticidade renda. Para Bulhões, o contrário, o consumo e a renda podem aumentar diminuindo-se os custos de produção via economias externas. Ainda assim, mesmo esses investimentos não deveriam ser monopolizados pelo governo, pois este não tem recursos financeiros para tal, o que exigiria uma elevação da carga tributária ou uma expansão inflacionária.

Uma vez que a iniciativa privada dispõe de recursos e atualmente os direciona para expansão das indústrias já existentes ou para construções urbanas, o mais acertado seria abrir oportunidades de inversão nos serviços públicos e de infraestrutura. Dessa forma, dado o desenvolvimento em curso e a capacidade de investimentos dos empresários, “carecemos apenas de um roteiro equilibrado de expansão econômica. A programação para o desenvolvimento seria uma orientação de progresso equilibrado”.⁴⁴

Retomando as considerações de Bulhões até o momento, o diagnóstico de um desenvolvimento em curso capitaneado pela iniciativa privada e a recolocação do problema da intervenção do Estado não mais em investimentos capazes de dinamizar o aumento do consumo e da renda, mas sim de criar economias externas ao setor privado, podemos perceber como as propostas de Bulhões colocam no cerne do debate a defesa do setor privado na economia e a restrição do papel do Estado. Planejamento torna-se, em sua crítica, a criação de canais de ampliação das oportunidades ao setor privado, em setores até então controlados e ou regulamentados pelo poder público. Por sua vez, é preciso destacar como o diagnóstico da economia brasileira teve importância em seu exame do relatório. Grande parte dos problemas da proposta cepalina origina-se da desconsideração do desenvolvimento em curso, capitaneado pelo setor privado. Igualmente, o papel do Estado e a própria finalidade da programação, neste cenário de

⁴⁴ Idem, p. 9.

expansão, deveria limitar-se à abertura de novas frentes de inversão e na criação de externalidades aos empresários nacionais.

A Resposta de Celso Furtado

A resposta de Celso Furtado denota um grande esforço de discussão dos argumentos de Otávio Gouveia de Bulhões. Colocando-se implicitamente como um membro da Cepal, inicia seu texto referindo-se ao conjunto de problemas sobre os quais a Comissão dedicou-se nos últimos anos. Primeiramente, a instituição se preocupou com a “análise do processo histórico de desenvolvimento dos países latino-americanos”; em seguida, procurou identificar “os fatores que têm dificultado esse processo e são responsáveis pelo atraso relativo desses países” e, no momento atual, apresenta neste relatório “como acelerar o ritmo de desenvolvimento”.⁴⁵

Celso Furtado afirma que o documento apresentado resulta de um trabalho de constante estudo e compreensão do processo de desenvolvimento econômico da América Latina e de formulação dos problemas que este processo vem acarretando para o subcontinente. Portanto, um diagnóstico econômico está presente na elaboração da técnica de planificação ou, em outras palavras, a planificação surge para corrigir problemas detectados em relatórios anteriores, em concomitância com um esforço de elaboração de conceitos econômicos que expliquem a realidade latino-americana.⁴⁶

Destaca, também, o caráter generalizante do relatório, admitindo — ecoando a crítica de Bulhões — que embora alguns países da América Latina já possuam uma dinâmica de desenvolvimento, outros ainda não iniciaram esse processo. Mas, reforça que “mesmo naqueles países em que o ritmo de desenvolvimento é considerado satisfatório, existe generalizada a preocupação com o enorme desperdício de recursos que vem caracterizando esse desenvolvimento”.⁴⁷

Celso Furtado retoma as considerações de Bulhões sobre a necessidade de uma programação para o desenvolvimento que estimule os investimentos privados⁴⁸ e a

⁴⁵ FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, Ano II, Números 19-20, Novembro-dezembro de 1953, p. 11.

⁴⁶ A relação entre a questão do planejamento e os trabalhos sobre a conjuntura latino-americana da é examinada em RODRÍGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, pp. 167-170.

⁴⁷ FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico. *op.cit.*, p.11.

⁴⁸ Prebisch também enfatiza como viável um programa de investimentos do Estado no qual o setor privado seja estimulado a alcançar “determinados objetivos e o volume das inversões atinja determinado nível. São vários os mecanismos pelos quais o Estado influi nos investimentos privados. A diferença da

proposta de que caberia ao Estado a criação de economias externas e pontos de irradiação para favorecer os setores empresariais. Recupera, também, a recomendação de que esse desenvolvimento seja feito sem inflação — ou seja, sem que o Estado assuma compromissos de investimento além de sua capacidade tributária, o que o obrigaria a recorrer a emissões monetárias — deixando os investidores privados, via incentivos, ocupar o lugar do Estado nos investimentos. Mas, pergunta Furtado: “como seria possível empreender um programa dessa natureza sem antes cercear a iniciativa privada?”.⁴⁹ É necessária alguma transferência de recurso, argumenta, seja do setor público ao privado, seja entre este último, sem que com isso a estrutura da demanda como um todo sofra alterações.

Ora, o que aparecia como uma crítica ao caráter inflacionário do planejamento cepalino e, mesmo, a solução apontada por Bulhões — diminuir o papel ativo do Estado na formação de capital e deixar o setor privado mobilizar seus recursos disponíveis — surgem como aspectos naturais de qualquer proposta de programação. Mesmo deixando-se os investimentos ao setor privado, necessariamente seria retirado recursos de uns setores para outros, impactando na estrutura da demanda, independentemente se os recursos originam-se no governo, via taxaço, ou no setor privado, via poupança. Para Bulhões, a menos que se deixe a iniciativa privada realizar seus investimentos com sua própria poupança, o Estado só poderia evitar uma programação inflacionária subtraindo o sistema de preços e exercendo um controle total, sobre investimentos, consumo, financiamento, tributação, etc. Porém, defende Furtado, o problema da origem dos recursos e suas supostas repercussões inflacionárias estão equacionado no relatório.

O principal objetivo do estudo foi fazer um amplo mapeamento do “processo total de formação de capital dentro da economia”, pois, “sem essa análise seria impossível dispor dos critérios gerais para localizar os ‘núcleos de irradiação de produtividade’ a que se refere o prof. Bulhões”. Explicando esse mapeamento:

trabalha-se aí com hipóteses sobre o crescimento da renda e sua distribuição. Trata-se em seguida de quantificar os efeitos daquele crescimento sobre a estrutura e o montante do consumo. Como se está raciocinando em termos reais, procura-se determinar quanto teria que crescer a capacidade produtiva de

programação está em coordenar essa atuação para objetivos convergentes e não contraditórios. Ou seja, um programa pressupõe a análise de todas essas formas de ação governamental e a fim de conjuga-las de tal maneira que, sem prejuízo de seus objetivos diretos e parciais, contribuam para alcançar uma determinada meta de desenvolvimento”. PREBISCH, Raúl. A mística do equilíbrio espontâneo na economia. *Diário de Notícias*. São Paulo, domingo, 8 de novembro de 1953, terceira seção, oitava página

⁴⁹ FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico. op.cit., p. 12.

cada setor (isto é, a quanto deveriam montar os investimentos e aproximadamente que estrutura deveriam apresentar estes) para atender àquele consumo. Esse modelo dinâmico de desenvolvimento equilibrado, é que servirá de base para a orientação dos investimentos privados e para a suplementação destes pelos investimentos públicos.⁵⁰

Somente a partir desse mapeamento seria possível detectar os núcleos de irradiação que defende o crítico, ademais que a aparente ausência de considerações monetárias no estudo se deve ao fato de ter-se optado por trabalhar a análise em termos reais. Ou seja, evitando o automatismo do mercado (que existe ao nível individual e não para o conjunto da economia) é somente com o levantamento e identificação não apenas dos recursos disponíveis, mas também da interdependência entre os setores produtivos que se pode avaliar os pontos de irradiação e as possibilidades de ampliação de produtividade setorial que terão maiores repercussões para o conjunto da economia.

Para Furtado, a coincidência da poupança prévia com o investimento — antes de inflacionária ou totalitária — é fruto do estudo da estrutura de consumo da coletividade. Ora, “se se concorda que é possível estatisticamente prever o consumo, é necessariamente possível antecipar a poupança. Estamos aqui no terreno corriqueiro da análise econômica e não vejo por que tenhamos que nos assustar com nenhum fantasma totalitário”, afirma Furtado, com ironia.⁵¹

Claro está que o esforço de qualquer programa de investimento que se pretenda não inflacionário deve equilibrar, no momento de sua execução, “o fluxo de poupança às necessidades de investimento”. Neste momento, entretanto, retoma outro ponto de divergência com a crítica de Bulhões: o desenvolvimento espontâneo, a partir da dinâmica empresarial, prescinde do planejamento econômico, pois os empresários, orientados pelo sistema de preços, alocariam seus investimentos sem que ocorresse desperdício, onde a lucratividade e a produtividade fossem maiores, evitando-se, inclusive, o risco de inflação. Sobre isso, contra-argumenta Celso Furtado:

Não há nenhuma razão para que um plano de desenvolvimento seja mais inflacionário que um desenvolvimento sem plano. A

⁵⁰ Idem, idem.

⁵¹ Idem, p. 15. Prebisch enfatiza, ainda, que “o total das inversões públicas não pode existir independentemente do ritmo de crescimento da produção resultante das inversões privadas. Não só devem existir certas relações funcionais entre estas inversões como também a determinação da soma total de poupança que será utilizada pelo Estado para realizar inversões públicas deve ter em conta as necessidades de inversão do setor privado, a fim de não debilitar a corrente de poupança que a elas se dirige”. PREBISCH, Raúl. A mística do equilíbrio espontâneo na economia [segundo artigo]. *Diário de Notícias*. São Paulo, domingo, 15 de novembro de 1953, terceira seção, oitava página.

experiência está aí para demonstrar que o desenvolvimento sem plano, com a função de consumo que hoje dispomos, cria fortes tendências inflacionárias. Não vejo como se possam combater essas tendências sem determinar todos os fatores que entram no problema sem acompanhar a ação de cada um deles, o que evidentemente exige uma orientação geral do processo econômico⁵²

Eis aqui, portanto, o que pode ser o cerne da divergência entre os dois economistas. Enquanto Bulhões contrapõe ao relatório da Cepal a dinâmica do empresariado nacional, a qual, por si só, seria capaz de promover o desenvolvimento econômico sem um planejamento da economia, Celso Furtado enfatiza que a proposta de programação parte dos desequilíbrios econômicos gerados pelas livres forças de mercado, cuja possibilidade de discipliná-las exige o mapeamento dos recursos produtivos e formas de estimular o crescimento da renda, via investimentos, sob a coordenação estatal, ainda que não se esquive da dinâmica e dos recursos acumulados pela iniciativa particular.

Celso Furtado aponta, ainda, que o dinamismo do empresário não é algo endógeno ou espontâneo, podendo ser criado, seja por condições externas (aumento da demanda internacional por um produto) ou pelo próprio governo (controle sobre taxas de câmbio), concluindo que

a análise econômica não deve assentar em princípios de fé. É necessário conhecer e quantificar os estímulos a que responde o empresário, se se pretendem criar as condições propícias à sua atuação mais efetiva. Não basta crer no progresso espontâneo. É indispensável conhecer o mecanismo do mesmo, se pretendemos orientá-lo e, quando necessário, acelerá-lo⁵³

Notemos como eleva o tom da crítica ao distinguir a *crença* na concorrência com o *conhecimento* de seu mecanismo, nos revelando um Celso Furtado combativo e pouco

⁵² FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico. op.cit., p. 15. Prebisch, argumentando contra Gudin, é mais incisivo na ênfase de que o desenvolvimento com iniciativa privada vem causando desequilíbrios nas economias latino-americanas. A necessidade da programação deriva de duas razões: “em primeiro lugar, é necessário aumentar o volume das inversões a fim de acelerar a taxa de crescimento; e, em segundo lugar, é mister orientá-las de maneira a evitar os desequilíbrios que tão frequentemente se observam durante a evolução econômica dos países latino-americanos”. Para Prebisch, as divergências com Gudin surgem porque este “parece não reconhecer a necessidade de acelerar o ritmo do crescimento latino-americano, nem haver percebido as razões que a justificam e que se encontram em nosso relatório”. PREBISCH, Raúl. A mística do equilíbrio espontâneo na economia. *Diário de Notícias*. São Paulo, domingo, 8 de novembro de 1953, terceira seção, oitava página.

⁵³ FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico. op.cit., p. 12.

conciliador.⁵⁴

A resposta de Furtado, portanto, procura desfazer dois equívocos da crítica de Bulhões: a desconsideração dos preços relativos, implícita no relatório da Cepal — que entretanto foi elaborado em termos reais — não é indicativo do caráter totalitário de um programa econômico. Por outro lado, considerar a necessidade de programação não significa desconhecer a dinâmica do setor privado nem, tampouco, tratar o desenvolvimento enquanto um processo exógeno. Ao contrário, foi por detectar os problemas estruturais do desenvolvimento espontâneo que surgiu a necessidade de planejamento.

Assim, os autores divergem na técnica, nos agentes da programação e, sobretudo, no diagnóstico que elaboram sobre a economia brasileira: se para Bulhões, o empresariado, dinâmico, não amplia o desenvolvimento porque o Estado cerceia suas possibilidades de investimento, para Furtado e a Cepal, a espontânea expansão econômica recente agravou problemas estruturais, tais como crises no balanço de pagamentos, dificuldades na capacidade para importar e a inflação decorrente dos desequilíbrios industriais.

Outro fator a ser notado, é o pouco espaço dado à questão dos preços relativos e as fontes de financiamento para o desenvolvimento econômico. Celso Furtado rebate Bulhões unicamente afirmando que o relatório da Cepal foi elaborado em termos reais. Por sua vez, embora afirme que a orientação da poupança privada para os investimentos também poderia ter resultados inflacionários, o tema não é aprofundado. Talvez essas ausências fiquem mais patentes ao repassarmos brevemente a réplica de Bulhões.

A Réplica de Otávio Gouveia de Bulhões

Octávio Gouveia de Bulhões redigiria, ainda, uma réplica à defesa do relatório da Cepal elaborada por Celso Furtado. Embora não traga novos elementos ao debate, reafirma suas convicções, como o pressuposto de um desenvolvimento “exógeno” para o Brasil, constante no relatório: “no plano da Cepal, os particulares participam, sem dúvida, da produção, mas o surto do progresso não é de sua iniciativa — vem da esfera

⁵⁴ Essa crítica aos princípios de fé, bem como outros pontos podem relativizar o chamado “estilo furtadiano”, de Francisco de Oliveira, definido como “a ausência de qualquer polêmica explícita e a busca constante de procurar manter-se, e aparecer, como estritamente científico”. OLIVEIRA, Francisco. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. In, idem., *A navegação venturosa*. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, p. 65.

governamental. O Governo é que se torna o verdadeiro empreendedor e, além disso, é o supremo distribuidor dos fatores de produção”.⁵⁵

Com isso, reconhece Bulhões que a defesa feita por Celso Furtado⁵⁶ consistiu, num primeiro momento, em uma justificativa do relatório como um estudo do processo de formação de capital dentro da economia, ou seja, de um mapeamento das interligações entre recursos disponíveis e suas repercussões nas atividades produtivas e nos fatores de produção. Entretanto, reafirma sua oposição, uma vez que:

dá o Sr. Furtado por assentado o acréscimo da renda e procura ver seus efeitos sobre o aumento da procura dos bens de consumo. Mas, esse desdobramento não tira a característica de ser um plano elaborado fora e acima da esfera da iniciativa particular.

Os particulares aparecem em cena depois que a renda foi devidamente propulsão. E com receio de que, mesmo nesta segunda fase, eles ainda não tenham uma iniciativa de ordem econômica adequada”.⁵⁷

Aqui, mais uma vez fica explícita a posição de Bulhões: pelo mapeamento dos setores e atividades capazes de proporcionar o aumento da renda, via investimentos, já está excluída a ação da iniciativa privada, pois fica subordinada às decisões do planejamento. Essas considerações só caberiam em economias subdesenvolvidas caracterizadas por um longo processo de estagnação, ou em uma baixa cíclica: “todavia, muito outra é a situação dos principais países da América Latina e, notadamente, a do Brasil. Há em nosso país notório ímpeto de progresso, realizado e desenvolvido pela iniciativa particular”.⁵⁸ Ou seja, a programação só se justificaria na ausência de estímulos econômicos e de dinamismo da iniciativa privada, o que não é o caso para o Brasil.

Da mesma forma, reitera a importância dos preços relativos como principal estímulo à iniciativa particular. Nas considerações de Bulhões só pode haver programação que leve em consideração a atividade do setor privado, se esta considerar o sistema de preços relativos. A Cepal, por partir da fixação de uma taxa de crescimento

⁵⁵ BULHÕES, Octavio Gouveia de. Considerações adicionais sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, Ano II, Números 19-20, Novembro-dezembro de 1953, p. 16.

⁵⁶ Importante assinalar a maneira elegante como Bulhões apresenta seu interlocutor: “o Sr. Celso Furtado, que é um dos mais brilhantes componentes do Secretariado da Cepal, economista que se impõe desde a Faculdade e muito se tem firmado pela segurança com que escreve ou discute nossos problemas, julgou oportuno oferecer alguns esclarecimentos”. *Idem*, p. 16-17.

⁵⁷ *Idem*, p. 17.

⁵⁸ *Idem*, *ibidem*.

da renda, implicitamente subordina a iniciativa individual ao plano econômico. Finalmente, argumenta, um plano que não leva em consideração a iniciativa particular é um plano totalitário.

Assim, a resposta de Bulhões mantém as críticas já levantadas, refutando a defesa de Celso Furtado, sobretudo no que se refere à questão dos preços relativos e do caráter totalitário do plano. Neste sentido, seria mesmo possível afirmar que sua resposta toca em questões de princípio, tais como a classificação da técnica de programação como totalitária, por englobar um planejamento do conjunto das atividades econômicas e, sobretudo, a desconsideração dos preços relativos, o que implica, em sua visão, na exclusão da liberdade do setor privado em definir investimentos e um desvio das funções do Estado, pois prioriza inversões capazes de ampliar a renda em detrimento do alegado papel de fornecer aumentos de produtividade, via externalidades, ao setor privado.

Nessa reafirmação de princípios, é notória a ausência da retomada da questão inflacionária, uma discussão técnica que apareceu no primeiro artigo de Bulhões, foi contra-argumentada por Celso Furtado mas desaparece neste terceiro artigo. Parece-nos que isto indica a concentração de interesse nos aspectos mais gerais da discussão e pode revelar uma tendência à minimização dos argumentos teóricos. A querela sobre a natureza da programação e os mecanismos de sua operacionalização, como vimos, têm como elemento subjacente os diferentes diagnósticos formulados pelos economistas, na natureza do desenvolvimento econômico, em seus agentes principais, no papel do Estado na economia. Configura-se, portanto, neste debate, os temas norteadores da discussão sobre o desenvolvimento: papel do Estado e da iniciativa privada, diagnóstico sobre os problemas do presente e possibilidades de desenvolvimento econômico, espontâneo ou planejado. Cumpre notar, entretanto, que *a discussão, embora tenha se revestido de argumentos teóricos (sobretudo, aqui, o papel dos preços relativos na programação econômica) o elemento que parece jogar mais peso na polêmica é o diagnóstico da economia brasileira.*

Considerações Finais

Podemos dizer, com relativa certeza que, embora a chamada “controvérsia sobre o planejamento” entre Simonsen e Gudín tenha sido objeto de inúmeros estudos, nosso objeto ainda não logrou um lugar de destaque nas interpretações sobre o pensamento

econômico no Brasil. Muito embora se reconheça que o debate envolveu, de fato, duas escolas de pensamento econômico com visões divergentes sobre a economia brasileira, as consequências dessa distinção merecem uma elaboração visando destacar o papel desses debates na constituição da história do pensamento econômico brasileiro.

Thiago Camarinha Lopes estudou a polêmica entre Celso Furtado e Octávio Gouveia de Bulhões, compreendendo-a como “o debate mais próximo que se chegou ao debate em nível mundial sobre o cálculo econômico iniciado por Mises em 1920”, embora reconheça a dificuldade em encontrar referências a esta polêmica nos textos dos contendores brasileiros, pelo ausência de mobilização dos argumentos e instrumentais teóricos empregados por Oskar Lange e von Mises.⁵⁹ Em sua interpretação, o caráter mais arrazoadado do debate nacional demonstra, ao mesmo tempo, como as posições teóricas indicavam os objetivos práticos de Furtado e Bulhões no que se refere à política econômica.

Parece-nos, contudo, que examinar esse debate sob a perspectiva de argumentos teóricos pode deixar de captar o essencial na maneira como se organizam as correntes de pensamento econômico no Brasil.

Buscamos destacar em nosso exame, uma pista para compreender a formação do pensamento econômico no Brasil enquanto um campo de disputas por projetos de política econômica conflitantes, erigindo e sedimentando posições a partir das conjunturas econômica, social e política.⁶⁰ Uma vez que a reflexão sobre os problemas e a proposição de diagnósticos estão diretamente ligado acesso dos economistas aos mecanismos de proposição ou implementação de política econômica, chamamos atenção, brevemente, à tardia autonomização do campo dos economistas no Brasil, indicando sua proximidade e mesmo, em alguns casos, dependência dos meios estatais de formulação e implementação de políticas econômicas.

O debate sobre a proposta de planejamento da Cepal ensejou críticas e defesas que só podem ser entendidas dentro de um campo de disputas pela orientação da política econômica, traduzidas, na controvérsia examinada, nos diagnósticos sobre a natureza do desenvolvimento econômico em curso e no peso do setor público e privado neste processo. Neste caso, as considerações de ordem teórica, as filiações à correntes de

⁵⁹ LOPES, Thiago Cararinha. Planejamento para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956). Uberlândia: UFU (Dissertação de mestrado), 2011, p. 113.

⁶⁰ Daí o destaque que demos à insistência de Bulhões e Gudin quanto à liberação, à iniciativa privada, de atuação em serviços públicos essenciais, como o setor energético brasileiro, campo de discussão durante o Segundo Governo Vargas.

pensamento econômico aparecem unicamente enquanto componentes de legitimação técnica de propostas políticas, e sua compreensão perderia essa especificidade, caso interpretássemos este debate enquanto uma disputa entre livre mercado *versus* economia centralizada. Em nosso trabalho, portanto, as correntes de pensamento econômico não são abordadas de acordo com sua coerência interna ou incorporação de princípios econômicos puros, seja no campo dos liberais, seja no dos desenvolvimentistas.

Procuramos privilegiar os condicionantes sociais enquanto constrições incontornáveis na constituição do pensamento econômico. Dessa forma, longe de perseguirmos uma reconstrução racional ou absolutista da teoria econômica, consideramos o pensamento econômico como um campo de expressão de disputas por projetos de política econômica, as quais estão imbuídas de questões como: qual o papel do Estado e do empresariado, nacional e/ou estrangeiro, no desenvolvimento econômico? Quais as causas e diagnósticos para a inflação? Como justificar a necessidade ou não do planejamento econômico?

Aproximamo-nos, portanto, da história das ideias ou, melhor dizendo, do campo da historiografia, interpretada por José Jobson de Andrade Arruda.⁶¹ Nesta perspectiva, a compreensão da história do pensamento econômico levaria em consideração: a) os contextos biográficos, sociais, políticos e culturais dos autores envolvidos; b) os condicionantes de constituição das obras: a inserção dela em um contexto acadêmico, político, cultural, etc; c) os circunstanciamentos mais gerais tais como processos políticos ou conjunturas de política econômica. Esses três elementos jogam peso fundamental na interpretação do debate econômico no Brasil, pois: 1) a inserção institucional dos autores, o papel destas instituições enquanto locais de ensino, produção e aplicação da economia orienta os pronunciamentos individuais; 2) as obras ensejam uma compreensão múltipla: instâncias de debate político; projetos de política econômica expressando visões sobre os objetivos e os métodos da Ciência Econômica; disputas por critérios de legitimidade do discurso econômico e seus canais de instrução e difusão 3) as conjunturas econômicas tornam-se elementos que nos permitem observar o surgimento, as características e as direções dos debates econômicos, enquanto elementos de proposição e justificação de projetos de política econômica em busca de universalizar-se para o conjunto do país.

Dessa forma, nossa reconstituição do debate procurou destacar os diagnósticos

⁶¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda. Historiografia: consciência crítica da produção histórica. In: idem. Historiografia. Teoria e prática. São Paulo: Alameda, 2014.

do presente, vinculando-os a aspectos mais gerais dentro da concepção de desenvolvimento econômico de cada um dos autores, ou melhor, das correntes de pensamento nas quais estão se movendo. Dessa maneira, em que pesem os limites espaciais deste artigo, propomos uma interpretação da história do pensamento econômico que caracteriza as escolas de pensamento econômico menos a partir de suas filiações teóricas e mais a partir das intervenções conjunturais dentro da própria dinâmica de formulação das políticas econômicas.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda. *Historiografia: consciência crítica da produção histórica*. In: idem. *Historiografia. Teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

BALESTRIERO, Geraldo. *Gênese do planejamento econômico no Brasil*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996. (tese de doutorado).

BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

———. “Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a era Vargas”. In: BASTOS & FONSECA (orgs). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012 .

———. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

BIELSCHOWISKY, R. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

———. Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: LOUREIRO, Maria Rita. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

———. Eugênio Gudim (1886-1986). In: SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: ATLAS, 2004.

BULHÕES, Octavio Gouveia de. Estudos sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, Ano II, Números 19-20, Novembro-dezembro de 1953.

———. Considerações adicionais sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, Ano II, Números 19-20, Novembro-dezembro de 1953.

DELFIM NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Unesp; Faccamp, 2009.

DOSMAN, J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, Ano II, Números 19-20, Novembro-dezembro de 1953

———. A fantasia organizada. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (ed), *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. I, 1997, pp. 87-359.

GIANBIAGI, Fábio (et. alli). *Economia brasileira contemporânea 1945-2004*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

GUDIN, Eugênio. Apresentação. *Conjuntura Econômica*. Ano 1. Número 1, Novembro de 1947.

———. A mística do planejamento. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, terça-feira, dia 29 de maio de 1953, 1º Caderno, fl. 2.

———. A mística do planejamento II. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, terça-feira, dia 2 de julho de 1953, 1º Caderno, fl. 2.

———. A mística do planejamento III – A filosofia. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, terça-feira, dia 2 de julho de 1953, 1º Caderno, fl. 2.

———. A mística do planejamento IV – A órbita do Estado. *Correio da manhã*. Op.cit., fl.2.

———. A mística do planejamento V – As Forças de Equilíbrio. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de junho de 1953, 1º Caderno, fl. 2

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

LOPES, Tiago Cararinha. *Planejamento para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956)*. Uberlândia: UFU (Dissertação de mestrado), 2011.

LOUREIRO, M. R. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

——— (org). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MANTEGA, Guido. *A economia Política Brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec., 2000.

OLIVEIRA, Francisco. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. In, idem., *A navegação venturosa*. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

PAULA, Christiane Jalles; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord). Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro Pós -30: Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

PREBISCH, Raúl. A mística do equilíbrio espontâneo na economia [segundo artigo]. *Diário de Notícias*. São Paulo, domingo, 15 de novembro de 1953, terceira seção.

———. A mística do equilíbrio espontâneo na economia. *Diário de Notícias*. São Paulo, domingo, 8 de novembro de 1953, terceira seção.

———. Os principais problemas da técnica preliminar de programação. In: PREBISCH, Raúl, *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Adolfo Gurrieri (org). Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado, 2011.

RODRÍGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, pp. 167-170.

SARETTA, Fausto. Octavio Gouvea de Bulhões. In: SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2005.

SCALETISKY, Eduardo Carnos. *Dois projetos para o Brasil: 1945-1954*. Uma análise dos Projetos da Missão Abbink, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto BNDE-Cepal. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1988.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

VIANNA, Sergio Besserman & VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). GIANBIAGI, Fábio (et. alli). *Economia brasileira contemporânea 1945-2004*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, pp. 30-31

VIANNA, Sergio Bresserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. PAIVA, Marcelo de Abreu (orgs). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro, Campus, 1994.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourado” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIANBIAGI, Fábio (et. alli). *Economia brasileira contemporânea 1945-2004*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

